



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste sábado

08/02/2014

As provas e depoimentos citados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) nas alegações finais do mensalão mineiro sugerem a participação direta do deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB-MG) nas negociações com Marcos Valério, para a obtenção de recursos financeiros visando a campanha para o governo do Estado de Minas Gerais, em 1998. Nesta sexta-feira (7/2), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, entregou as alegações finais da ação penal que transcorre contra Azeredo no Supremo Tribunal Federal. Janot recomendou pena de 22 anos de reclusão e 623 dias-multa, no valor unitário de cinco salários mínimos. A PGR acusa Azeredo de ter “participado decisivamente” de desvios de R\$ 3,5 milhões na época, hoje R\$ 9,3 milhões. As informações são do portal **iG**.

Preso na Itália

A Justiça italiana negou o pedido do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, condenado a 12 anos e 7 meses de prisão no processo do mensalão, para aguardar em liberdade a decisão sobre a sua extradição para o Brasil. A juíza Danila Indirli alegou que havia risco de fuga. O fato de o ex-diretor do BB ter entrado em território italiano portando documentos falsos também pesou no parecer da juíza. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Pedido de extradição

Nesta sexta-feira (7/2), o Ministério da Justiça pediu uma manifestação oficial do Supremo Tribunal Federal sobre a extradição de Pizzolato. Em resposta, o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, afirmou não ser do Supremo a iniciativa do pedido de extradição. Porém, o Ministério da Justiça publicou nota reforçando que a competência é, sim, do STF. "O entendimento do Ministério da Justiça de que a competência para instaurar procedimento de extradição ativa cabe à autoridade judiciária que emite a sentença condenatória (no caso o STF) é historicamente construído a partir de prática consolidada em todos os demais processos", diz a nota do ministério. As informações são do jornal **O Globo**.

Pedido do MPF

Diante da negativa de Barbosa, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, "acordaram que o Ministério Público Federal tomará iniciativa do pedido de extradição de Henrique Pizzolato". O Ministério da Justiça aguardará o recebimento do pedido de extradição para as medidas de encaminhamento à república italiana. As informações são do jornal **O Globo**.

Propaganda no exterior

Em meio à crescente desconfiança em relação às economias emergentes, o advogado-geral da União, Luis Inácio Adams, participou de uma série de encontros na semana passada em Nova York e Washington para propagandar a segurança jurídica do país. Segundo ele, um dos principais questionamentos levantados pelos investidores foi sobre o efeito que a decisão a ser tomada pelo Supremo Tribunal Federal sobre as perdas na caderneta de poupança com os planos econômicos dos anos 1980 e 1990 pode ter na economia. A resposta do tribunal é esperada para este semestre. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Greve dos Correios

O ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, do Tribunal Superior do Trabalho, determinou nesta sexta-feira (7/2), liminarmente, que pelo menos 40% dos empregados dos Correios, em greve desde o dia 29 de janeiro, devem permanecer em atividade em cada uma das unidades da empresa. A multa em caso de descumprimento é de R\$ 50 mil. De acordo com o ministro, a paralisação dos Correios "põe em risco necessidades inadiáveis da população", justificando a intervenção do Poder Judiciário "para harmonizar o exercício legítimo do direito de greve e o atendimento da população". As informações são do portal **Terra**.

Belo Monte

Com um desconto de 38%, a primeira linha de transmissão de Belo Monte foi arrematada ontem em leilão por um consórcio formado pela estatal chinesa State Grid, em sociedade com as estatais brasileiras Furnas e Eletronorte. Ao longo



de 30 anos, o consórcio terá receita anual fixa de R\$ 434,6 milhões (corrigida pela inflação) para transmitir a energia da hidrelétrica no Pará até a divisa entre Minas Gerais e São Paulo. O teto era de R\$ 701 milhões. Os outros dois consórcios participantes ofereceram deságios de 4,93% (Alupar e Transmissora Aliança) e 11,49% (Abengoa). As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Recadastramento biométrico

Lançado há três anos, o recadastramento biométrico de eleitores atingiu até agora cerca de 25% do total de brasileiros aptos a votar. O ministro Marco Aurélio, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, afirma que o caso de Henrique Pizzolato, que falsificou documentos de um irmão morto que chegou a "votar" em 2008, mostra a necessidade de se acelerar a iniciativa. Marco Aurélio diz que já conversou com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre o assunto. A coleta da impressão digital dos eleitores é feita pela Polícia Federal. As informações são da colunista Mônica Bergamo, do jornal **Folha de S.Paulo**.

PMs denunciados

No ano que ficou marcado pelos confrontos entre manifestantes e policiais militares em São Paulo, denúncias contra PMs no Tribunal de Justiça Militar cresceram 28% de 2012 para 2013. Foram 75 casos a mais, puxados por acusações de lesão corporal e concussão (tirar vantagem pela função), segundo o Ministério Público Estadual, que resultaram em 341 processos. Os dados não incluem os crimes dolosos praticados por PMs contra civis, que desde 1996 são levados ao Tribunal do Júri, na Justiça comum. Em 2013, o número de mortos por PMs em serviço, por sua vez, caiu 39% em relação ao ano anterior (de 546 para 335 vítimas). As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Exploração sexual

O Tribunal de Justiça do Amazonas acatou o pedido de prisão preventiva de Adail Pinheiro (PRP), prefeito de Coari, e de outras cinco pessoas, por envolvimento com uma quadrilha de exploração sexual de crianças e adolescentes. O pedido foi feito pelo Ministério Público Eleitoral do Amazonas. A decisão foi tomada pelo desembargador Djalma Martins. As informações são do jornal **A Crítica**.

Notas frias

O Tribunal de Justiça de São Paulo aceitou agravo de instrumento proposto pelo Ministério Público Estadual e, assim, aceitou denúncia de improbidade administrativa contra o secretário municipal de Promoção da Igualdade Racial da gestão Fernando Haddad (PT), Netinho de Paula (PCdoB). O secretário é acusado de ter usado notas fiscais frias para desviar verbas de seu gabinete enquanto era vereador, em abril de 2010. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2014-fev-08/noticias-justica-direito-jornais-268/>